## Sobrevivência indígena e exploração

A professora Edilene Batista Kiriri aborda a persistência do povo originário ao argumentar que "enquanto existir uma erva, uma árvore ou um rio no planeta, nós povos indígenas existiremos.". Assim, no Brasil, vê-se sobrepujar o poder do capital sobre a destruição de memórias coletivas e do ecossistema, ambos elementares às vidas nativas. Esse despudor sobre a existência indígena se inicia na invasão para a atividade mineradora e para se cumprir com os interesses de grandes agropecuaristas.

É notório o aumento de conflitos sociais, em decorrência das invasões de terras indígenas em busca de expansão territorial. Segundo o portal G1, um ataque de ruralistas mataram uma indígena da etnia Pataxó na região Sul da Bahia, a situação foi motivada por disputa de terras. Dessa forma, nota-se o crescente número de casos de violência contra o patrimônio indígena, grande causa do deslocamento forçado das comunidades aborígenes, que impulsiona a desvalorização da cultura e da vida desses povos.

O aumento das invasões garimpeiras às terras indígenas, com o intuito de realizar a exploração mineral, expõe os povos originários a produtos tóxicos, provoca efeitos nocivos à saúde desses. Conforme o Ministério dos Povos Indígenas, em 2023, 99 crianças do povo Yanomami morreram por desnutrição, pneumonia e diarreia, isso devido ao avanço do garimpo ilegal na região. Assim, observa-se a mineração ilegal como violação grave dos direitos humanos e impulsionador do drama humanitário vivido pela maior parte da população indígena.

Nesse contexto, a vida dos povos indígenas está em constante ameaça, sobretudo por conta do uso excessivo de agrotóxicos em busca do aumento da produção pelo agronegócio. Para o líder indígena Winti Suya, do povo Kisêdjê, os defensivos pulverizados nas proximidades da reserva do Xingu, no Mato Grosso, causam a contaminação do ar, da água e dos alimentos dos povos originários. Diante disso, vê-se que o uso intensivo de pesticidas e herbicidas pode tornar os rios e os peixes impróprios para o consumo das várias aldeias que habitam as reservas dos nativos, e ocasionar mortes.

Portanto, urge ao Ministério dos Povos Indígenas. Em colaboração com ONGs promover a implementação de programas de fiscalização e proteção das terras, por meio da utilização de tecnologias de monitoramento, a fim de obter vigilância contínua das áreas somadas ao fortalecimento da legislação ambiental e indígena para punir infratores visando preservar suas terras e modos de vida dos mesmos.

**DISCENTES:** Iris Anielly de Jesus Magalhães, Lucineia Couto da Paixão e Maísa Costa.

**TURMA:** 2°AA Agropecuária

**TEMA:**Desafios aos povos indígenas no Brasil contemporâneo: invasão, mineração e agronegócio.